



Lorenzo Pazolini foi entrevistado ao vivo pela TV Vitória e Folha Vitória nesta quarta (19). Foto: Thiago Soares/Folha Vitória

O CANDIDATO AO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO LORENZO PAZOLINI (REPUBLICANOS) APRESENTOU SUAS PRINCIPAIS POSIÇÕES PARA A DISPUTA ELEITORAL DE 2026 DURANTE ENTREVISTA CONCEDIDA À TV VITÓRIA E AO FOLHA VITÓRIA. ENTRE OS TEMAS ABORDADOS ESTIVERAM O FIM DA ESCALA 6X1, VACINAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA, SEGURANÇA, COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E A ALIANÇA COM O PL.



UMA NOVA INICIATIVA PRETENDE COLOCAR AINDA MAIS EM EVIDÊNCIA A PRODUÇÃO DE CACAU DE LINHARES E TRANSFORMAR A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM UMA EXPERIÊNCIA TURÍSTICA. A ROTA DO CACAU DE LINHARES SERÁ APRESENTADA OFICIALMENTE DURANTE O COFFES 2026, QUE ACONTECE ENTRE OS DIAS 20 E 22 DE AGOSTO, NO SHOPPING VITÓRIA. A ENTRADA É GRATUITA.



UMA ANÁLISE REALIZADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA (MAPA) COLOCOU EM ALERTA O MERCADO DE AZEITES NO BRASIL. LAUDOS PRELIMINARES INDICARAM QUE PRODUTOS COMERCIALIZADOS COMO AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM NÃO APRESENTARAM CARACTERÍSTICAS COMPATÍVEIS COM ESSA CLASSIFICAÇÃO.



PAZOLINI DEFENDE FIM DA ESCALA 6X1, VACINAÇÃO E UNIÃO POLÍTICA EM ENTREVISTA SOBRE ELEIÇÕES NO ES

O candidato ao Governo do Espírito Santo Lorenzo Pazolini (Republicanos) apresentou suas principais posições para a disputa eleitoral de 2026 durante entrevista concedida à TV Vitória e ao Folha Vitória. Entre os temas abordados estiveram o fim da escala 6x1, vacinação, saúde pública, segurança, combate à violência contra a mulher e a aliança com o PL. Pazolini foi o terceiro e último candidato ao governo entrevistado pela Rede Vitória em uma série que também contou com Helder Salomão (PT) e Ricardo Ferraço (MDB). As entrevistas tiveram como objetivo apresentar aos eleitores propostas e posicionamentos dos principais candidatos antes da eleição de outubro. Fim da escala 6x1 Um dos principais assuntos foi a proposta que prevê o fim da jornada de trabalho no modelo 6x1, tema que tramita no Congresso Nacional. Pazolini declarou ser favorável à mudança e afirmou que, caso estivesse exercendo mandato parlamentar, votaria pela aprovação da proposta. O candidato, porém, defendeu que uma eventual mudança seja acompanhada por um período de adaptação, permitindo que empresas e trabalhadores se adequem às novas regras. Vacinação e saúde pública Na área da saúde, o candidato defendeu uma gestão baseada em evidências científicas e afirmou que pretende ampliar as políticas de vacinação caso seja eleito. Pazolini citou a experiência de Vitória durante sua gestão como prefeito e destacou o desempenho da capital na vacinação durante a pandemia. Ele também afirmou que pretende aproximar o governo estadual de profissionais da saúde, pesquisadores e cientistas para elaborar políticas públicas. Outro ponto apresentado foi a redução da fila de atendimento do sistema público de saúde de Vitória. Segundo o candidato, a cidade conseguiu eliminar uma fila que anteriormente reunia cerca de 180 mil pacientes. Atendimento pela rede privada Pazolini também explicou a decisão



Lorenzo Pazolini foi entrevistado ao vivo pela TV Vitória e Folha Vitória nesta quarta (19). Foto: Thiago Soares/Folha Vitória

de não construir três centros de especialidades previstos durante sua administração municipal. Segundo ele, a opção foi contratar serviços da rede privada e filantrópica para acelerar o atendimento dos pacientes. O candidato argumentou que a construção das unidades poderia levar entre três e quatro anos, enquanto a população precisava de atendimento imediato. Aliança com o PLA parceria entre Republicanos e PL também foi questionada durante a entrevista. Pazolini conta com o apoio do partido e terá uma candidata a vice indicada pela legenda. Sobre a possibilidade de o PL ocupar espaço em seu eventual governo, o candidato afirmou que pretende dialogar com diferentes forças políticas. Ele defendeu que, após o encerramento das eleições, as disputas partidárias devem dar lugar à união em torno da administração pública. Pazolini também afirmou estar disposto a conversar com prefeitos, deputados, senadores e lideranças de diferentes grupos políticos. Segurança e combate à violência contra a mulher Outro destaque foi a segurança pública. Pazolini citou resultados registrados durante sua passagem pela Prefeitura de Vitória e defendeu a expansão de políticas utilizadas na capital para outras regiões do Estado. Entre as medidas mencionadas estão a integração das forças de segurança, valorização dos agentes, qualificação profissional e ampliação

da estrutura das corporações. Na área de proteção às mulheres, o candidato destacou iniciativas como a Casa Rosa e o botão do pânico, além de políticas de qualificação e geração de oportunidades. Pazolini também defendeu a criação de um pacto estadual e nacional para ampliar as ações de prevenção à violência contra a mulher. Durante a entrevista, mencionou a marca de 653 dias sem feminicídio em Vitória registrada durante sua gestão. Educação, emprego e prevenção da violência Para o candidato, políticas de educação, esporte, lazer e geração de emprego também devem fazer parte da estratégia de segurança pública. Entre as propostas citadas estão a ampliação de vagas em creches, expansão da educação em tempo integral, incentivo ao esporte e qualificação profissional. A avaliação apresentada por Pazolini é que investimentos nessas áreas podem ampliar oportunidades para a população e contribuir para a redução da vulnerabilidade social e dos índices de violência. Disputa pelo Governo do Espírito Santo A entrevista faz parte do início da disputa eleitoral pelo Governo do Espírito Santo. Além de Pazolini, estão na corrida candidatos como Ricardo Ferraço, Helder Salomão, Rafael Demuner e Breno Barcelos, conforme os registros apresentados à Justiça Eleitoral. Com o primeiro turno marcado para 4 de outubro de 2026, a tendência é de que saúde, segurança, educação, emprego e infraestrutura estejam entre os principais temas do debate eleitoral no Estado. A entrevista também evidencia uma das características da disputa deste ano: a tentativa dos candidatos de apresentar experiências de administrações anteriores como referência para seus projetos de governo, ao mesmo tempo em que buscam construir alianças políticas para ampliar suas bases eleitorais. Fontes: Folha Vitória, TV Vitória/Rede Vitória e informações da Justiça Eleitoral.

ELEIÇÕES 2026: PRAZO PARA SOLICITAR TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA DO ELEITORADO TERMINA NESTA QUINTA-FEIRA (20)

Termina nesta quinta-feira (20) o prazo para eleitoras e eleitores solicitarem, alterarem ou cancelarem a Transferência Temporária do Eleitorado (TTE) para as Eleições 2026. A medida permite, em situações previstas pela legislação eleitoral, votar temporariamente em local diferente daquele de origem. A TTE contempla diferentes situações, entre elas o voto em trânsito, a atuação de eleitoras e eleitores convocados para trabalhar nas eleições, militares em serviço, servidores da Justiça Eleitoral, pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, indígenas e quilombolas, pessoas em situação de rua, presos provisórios e adolescentes em unidades de internação. Voto em trânsito Uma das modalidades de Transferência Temporária do Eleitorado é o voto em trânsito, destinado a eleitoras e eleitores que estarão fora de seu município de votação no dia das eleições. Quando o voto em trânsito ocorre em outro

município do mesmo estado do domicílio eleitoral, é possível votar para presidente da República, governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Já quem estiver em outro estado poderá votar somente para presidente da República. O voto em trânsito está disponível nas capitais e nos municípios com mais de 100 mil eleitores, observadas as regras eleitorais e a disponibilidade de vagas. A solicitação pode ser feita pelo Autoatendimento Eleitoral, para quem possui biometria cadastrada, ou presencialmente em qualquer cartório eleitoral, necessitando apresentar o documento oficial com foto. Após a habilitação para o voto em trânsito, a eleitora ou o eleitor deverá votar no

local para o qual foi designado. Caso não possa comparecer, será necessário justificar a ausência, inclusive se estiver no município de seu domicílio eleitoral de origem. No encerramento do prazo, não será possível realizar novas solicitações de TTE para as Eleições 2026.



TJES INAUGURA BANCO VERMELHO E REFORÇA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Instalado na sede do Tribunal, banco é símbolo de conscientização, prevenção e mobilização no enfrentamento à violência de gênero e ao feminicídio.

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) inaugurou, nesta quarta-feira (19), o Banco Vermelho, símbolo de conscientização e mobilização pelo enfrentamento à violência contra a mulher e ao

feminicídio. Os mobiliários, doados pela Prefeitura de Vitória, foram instalados na sede do Tribunal, na Enseada do Suá. Um está na área externa e, outro, na entrada.

A presidente do TJES, desembargadora Janete Vargas Simões, destacou que o enfrentamento à violência doméstica exige diálogo e atuação conjunta entre as instituições para garantir proteção às vítimas.

“É importante o diálogo entre as instituições para que nenhuma mulher enfrente sozinha a violência doméstica, mas seja amparada por todas as instituições”, afirmou a presidente, que também parabenizou o trabalho desenvolvido pela supervisora e pela coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

A iniciativa está alinhada ao Programa Banco Vermelho, instituído nacionalmente como instrumento de conscientização e prevenção da violência contra a mulher. A proposta é utilizar bancos instalados em locais públicos e de grande circulação para provocar reflexão e, ao mesmo tempo, divulgar informações sobre a rede de proteção.

Símbolo

A supervisora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, desembargadora Rachel Durão Correia Lima, ressaltou o caráter simbólico da instalação e a importância da união entre as instituições e a sociedade no enfrentamento à violência de gênero.

“A presença de vocês aqui é muito importante porque demonstra que estamos unidos nessa luta, no enfrentamento à violência de gênero no nosso Estado”, afirmou.

A desembargadora agradeceu o apoio da presidente Janete Vargas Simões às iniciativas da Coordenadoria da Mulher e às ações de proteção e defesa das mulheres, além da parceria da Prefeitura de Vitória para que os bancos



fossem entregues ainda durante o Agosto Lilás.

Ao explicar o significado do Banco Vermelho, a desembargadora lembrou que o movimento teve origem na Itália, em 2016, e ganhou repercussão internacional como ferramenta de conscientização e prevenção.

“O banco vermelho é um banco vazio porque representa o último lugar ocupado por uma vítima de violência doméstica. E vermelho porque representa o sangue derramado por essas vítimas. Hoje, ele está sendo colocado aqui, no coração da Justiça capixaba”, destacou.

A supervisora também chamou atenção para o significado que a instalação assume dentro do Poder Judiciário. Segundo ela, por trás de cada processo, sentença ou medida protetiva existe uma mulher e uma história.

“Que todos que passarem por esse banco, sejam magistrados, servidores, colaboradores, visitantes ou jurisdicionados, possam olhar para ele e se perguntar: o que eu posso fazer para que nenhuma outra mulher ocupe este lugar?”, ressaltou.

A coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, juíza de Direito Thaíta Campos Trevizan, reforçou a dimensão educativa e social da iniciativa.

“O Banco Vermelho é um movimento de grande caráter educativo e social, que convoca todos a sentarem para refletir e levantarem para agir contra a violência doméstica”, afirmou.

A magistrada destacou ainda que grande parte das agressões contra as mulheres ocorre justamente dentro das relações afetivas e no ambiente doméstico, espaço que deveria representar segurança e proteção.

“É importante registrar números que são impactantes: 80% das vítimas são agredidas pelos seus companheiros ou ex-companheiros e 60% são agredidas dentro da própria casa. Então, o lugar que deveria ser de resguardo e de paz muitas vezes não é”, pontuou.

Mobilização

A solenidade reuniu representantes do Judiciário e de outras instituições públicas. Participaram o vice-corregedor-geral da Justiça, desembargador Robson Luiz Albanez; e os desembargadores Sérgio Ricardo de Souza, Fábio Brasil Nery e Luiz Guilherme Risso.

Também estiveram presentes o secretário-geral do TJES, juiz de Direito

Anselmo Laghi Laranja; a juíza auxiliar da Presidência, Brunella Faustini Baglioli; a prefeita de Vitória, Cris Samorini; a secretária de Estado das Mulheres, Fabiana Malheiros; e a juíza de Direito Isabella Rossi Naumann Chaves, ouvidora do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) e diretora da Escola Judiciária Eleitoral.

Durante a solenidade, o desembargador Sérgio Ricardo de Souza ressaltou especialmente a responsabilidade dos homens no enfrentamento à violência doméstica.

“Nós, homens, temos que tomar as iniciativas e nos conscientizar de que precisamos mudar e também contribuir para mudar outros homens, para que tenham consciência de que com violência não construiremos uma sociedade justa e uma sociedade de paz”, afirmou.

Destacou também que o Banco Vermelho se soma a outras iniciativas legislativas e políticas públicas de combate à violência doméstica contra a mulher.

A prefeita Cris Samorini também ressaltou a importância da colaboração entre as instituições e da participação dos homens na transformação dessa realidade. Ao abordar as políticas públicas desenvolvidas em Vitória, citou períodos em que a Capital permaneceu sem registros de feminicídio e defendeu a continuidade das ações de prevenção e proteção.

“Política pública bem feita traz resultado”, afirmou. A prefeita também destacou a ampliação do número de mulheres atendidas com o Botão do Pânico: segundo ela, até 2025 eram 27 mulheres utilizando o dispositivo, número que chegou a 43 neste ano.

O banco foi doado pela Prefeitura de Vitória, que também assumiu os custos de instalação, sem ônus financeiro ou operacional extraordinário para o Tribunal.

CASAS BAHIA DEVE BILHÕES A BANCOS, SEGURADORAS E FABRICANTES; VEJA QUEM SÃO OS PRINCIPAIS CREDORES

O pedido de recuperação judicial do Grupo Casas Bahia revelou o tamanho da crise financeira enfrentada pela varejista. A empresa informou à Justiça de São Paulo ter cerca de R\$ 17,3 bilhões em dívidas sujeitas ao processo, distribuídas entre aproximadamente 28 mil credores. Entre os maiores credores estão bancos, seguradoras, fundos de investimento e grandes fabricantes de eletroeletrônicos que fornecem produtos comercializados pela própria rede. Bancos concentram algumas das maiores dívidas. O Banco Digio aparece no topo da relação, com aproximadamente R\$ 3,28 bilhões a receber. A instituição é controlada pelo Bradesco, que também aparece separadamente na lista, com cerca de R\$ 1,5 bilhão. O Banco do Brasil é outro grande credor, com aproximadamente R\$ 2,99 bilhões. Já a Zurich Minas Brasil Seguros possui cerca de R\$ 1,98 bilhão em créditos contra a companhia. Outros nomes relevantes incluem o fundo ICB-AF01, com R\$ 1,09 bilhão, e fundos como Riza Agronegócio e Redasset. Fabricantes também têm valores milionários a receber. A crise também afeta empresas responsáveis pelo fornecimento de produtos vendidos nas lojas e no comércio eletrônico da Casas Bahia. A Samsung aparece com aproximadamente R\$ 937,6 milhões a receber. Na sequência estão Whirlpool, com R\$ 800,9 milhões; Electrolux, com R\$ 700,1 milhões; LG Electronics, com R\$ 623,7 milhões; e Motorola Mobility, com R\$ 619 milhões. Juntas, essas cinco fabricantes somam cerca de R\$ 3,7 bilhões em créditos. Também aparecem na relação empresas como Britânia, TCL Semp, MK BR, Midea, Lenovo, Panasonic e Positivo. Maior parte da dívida não tem garantia. Cerca de R\$ 16,4 bilhões do passivo incluído na recuperação judicial são classificados como créditos quirográficos. São dívidas que não possuem uma garantia real



específica, como um imóvel ou outro ativo vinculado ao pagamento. Nesse grupo estão muitos dos fornecedores da companhia. Os valores e condições de pagamento, porém, ainda poderão ser alterados durante a análise do processo e dependerão do plano de recuperação judicial. Além dos R\$ 17,3 bilhões sujeitos à recuperação, a documentação aponta outros compromissos, incluindo aproximadamente R\$ 754 milhões em obrigações trabalhistas e R\$ 154 milhões relacionados a micro e pequenas empresas. Considerando também dívidas extraconcursais, o passivo total pode ultrapassar R\$ 27 bilhões. Por que a Casas Bahia chegou a essa situação? A companhia atribui a crise a fatores como juros elevados, restrição de crédito, aumento das despesas financeiras e dificuldades para obter novos recursos. O modelo de negócios da varejista depende fortemente de crédito para financiar compras dos consumidores, adquirir mercadorias e manter suas operações. Com o dinheiro mais caro e o consumo pressionado, a situação financeira se deteriorou. No segundo trimestre de 2026, a empresa registrou um prejuízo líquido de aproximadamente R\$ 10,1 bilhões, agravando o cenário. Como parte da reestruturação, a companhia anunciou o

fechamento de 298 lojas e medidas para reduzir despesas e concentrar investimentos nas operações consideradas mais rentáveis. Recuperação judicial não significa falência. Apesar do tamanho das dívidas, o pedido de recuperação judicial não significa que a Casas Bahia esteja encerrando suas atividades. A recuperação judicial é um mecanismo utilizado para permitir que uma empresa em dificuldades reorganize suas dívidas enquanto continua funcionando. A companhia informou que pretende manter suas lojas físicas e operações digitais em funcionamento. A Justiça, por sua vez, determinou medidas para preservar a continuidade das operações, incluindo a manutenção de entregas de produtos que já estavam em trânsito e a proteção contra interrupções de serviços essenciais. Próximos passos: Agora, os créditos apresentados serão analisados e poderão sofrer contestações ou revisões. Posteriormente, a Casas Bahia deverá apresentar um plano de recuperação, indicando como pretende reorganizar os pagamentos. O plano poderá envolver alongamento de prazos, descontos, novas condições de pagamento ou outras formas de reorganização das dívidas. Os credores terão participação no processo de avaliação das propostas. O caso mostra como a combinação de juros elevados, restrição de crédito e forte endividamento pode pressionar grandes empresas do varejo. Para a Casas Bahia, o desafio agora é reorganizar bilhões em compromissos sem interromper as operações e recuperar a capacidade de geração de caixa. Fontes: Folha Vitória, documentos do processo de recuperação judicial, Folha de S. Paulo e Reuters.

ROTA DO CACAU DE LINHARES SERÁ APRESENTADA NO COFFES 2026 E AMPLIA TURISMO DE EXPERIÊNCIAS NO ESPÍRITO SANTO

Uma nova iniciativa pretende colocar ainda mais em evidência a produção de cacau de Linhares e transformar a atividade agrícola em uma experiência turística. A Rota do Cacau de Linhares será apresentada oficialmente durante o CoffES 2026, que acontece entre os dias 20 e 22 de agosto, no Shopping Vitória. A entrada é gratuita. O roteiro reúne propriedades rurais, produtores de chocolate, restaurantes e diferentes atrações turísticas, oferecendo ao visitante a possibilidade de conhecer desde o cultivo do cacau até sua transformação em chocolate e outros produtos. Turismo ligado ao campo e à gastronomia: A proposta é aproximar o turista da realidade da produção cacauífera e, ao mesmo tempo, valorizar os empreendedores que fazem parte da cadeia produtiva. Entre as experiências previstas estão visitas a propriedades rurais, contato com plantações, acompanhamento das etapas de produção e transformação do cacau, além de degustações e experiências gastronômicas. O roteiro também inclui restaurantes e produtores de chocolate. Entre os atrativos associados à rota estão passeios pela Lagoa Juparanã, voos de balão e experiências sensoriais relacionadas ao cacau, criando um circuito que combina natureza, gastronomia, cultura e produção rural. Linhares tem papel de destaque na produção de cacau. A iniciativa aproveita uma tradição que faz parte da história econômica e cultural de Linhares há mais de um século. O município responde por aproximadamente 70% da produção de cacau do Espírito Santo e vem utilizando o produto também como instrumento de valorização turística. A produção local está ligada a propriedades familiares e sistemas de cultivo que preservam características da Mata Atlântica. O modelo de cabruca, por exemplo, permite o cultivo do cacau em áreas sombreadas pela vegetação,

associando produção agrícola e conservação ambiental. Projeto reúne diferentes instituições: A estruturação da Rota do Cacau envolve o Sebrae/ES, a Prefeitura de Linhares, a Associação dos Cacaucultores do Espírito Santo (Acau) e a Adetur, entidade responsável pela governança regional de turismo do Verde e das Águas. A intenção é integrar os diferentes negócios relacionados ao cacau e criar uma experiência turística organizada, capaz de beneficiar produtores rurais, restaurantes, fabricantes de chocolate e outros empreendimentos. A iniciativa também se conecta à Rota do Cacau Capixaba, criada pela Lei Estadual nº 12.254/2024, que estabelece um roteiro turístico envolvendo áreas produtoras de cacau de Linhares e Colatina. Cacau ganha espaço no CoffES 2026: Embora o CoffES seja voltado principalmente à cadeia do café, a edição de 2026 também terá espaço para produtos derivados do cacau. A programação prevê degustações e harmonizações de cafés especiais com chocolates de Indicação Geográfica (IG) de Linhares, além de outros produtos capixabas. O evento também contará com palestras, workshops, degustações e rodadas de negócios. A apresentação da Rota do Cacau durante o evento representa uma oportunidade para divulgar o circuito para turistas, empresários e profissionais ligados à gastronomia e ao turismo. Valorização da produção local: Além de criar novas opções de lazer, a rota pode contribuir para aumentar o valor agregado do cacau produzido na região. Em vez de comercializar apenas a matéria-prima, produtores e empreendedores passam a explorar também produtos derivados, experiências gastronômicas e atividades

turísticas. Esse modelo permite que o visitante conheça a origem do alimento, acompanhe parte do processo produtivo e tenha contato direto com produtores e empreendedores locais. A estratégia está alinhada a uma tendência de crescimento do turismo rural e de experiência, no qual o visitante procura conhecer a história, a cultura e os métodos de produção dos alimentos que consome. Um novo atrativo para o norte capixaba: Com a estruturação da Rota do Cacau, Linhares amplia seu conjunto de atrativos turísticos e transforma uma de suas principais atividades econômicas em uma experiência para visitantes. A expectativa é que o circuito fortaleça a identidade do município, incentive a permanência do turista por mais tempo na região e gere novas oportunidades para produtores, restaurantes, hotéis, fabricantes de chocolates e demais empreendimentos ligados à cadeia do cacau. Mais do que um roteiro gastronômico, a proposta busca apresentar a história, a produção, a natureza e os sabores de Linhares por meio do cacau, aproximando o campo do consumidor e colocando o norte do Espírito Santo em evidência no turismo de experiências. CoffES 2026: de 20 a 22 de agosto, no Shopping Vitória, em Vitória. O evento tem entrada gratuita.



TSE RECEBE MAIS DE MIL DENÚNCIAS SOBRE IRREGULARIDADES NA PROPAGANDA ELEITORAL

O Pardal, ferramenta da Justiça Eleitoral para o recebimento de denúncias sobre infrações e irregularidades na propaganda eleitoral, já contabiliza 1.103 registros relacionados às Eleições 2026. Os dados, registrados até esta quarta-feira (19), mostram que São Paulo concentra o maior número de ocorrências, com 193 denúncias; seguido por Pernambuco, com 106; Paraná, com 102; Rio Grande do Sul, com 95; e Minas Gerais, com 89.

Disponível desde o último domingo (16/8), quando teve início a propaganda eleitoral das Eleições 2026, o Pardal Móvel permite que eleitoras e eleitores encaminhem informações sobre possíveis irregularidades nas campanhas. A ferramenta é regulamentada para o pleito deste ano pela Portaria TSE nº 451/2026 e busca ampliar a participação da sociedade na fiscalização do cumprimento das regras eleitorais.

Entre os cargos associados às denúncias, deputados estaduais aparecem em primeiro lugar, com 424 registros. Na sequência estão deputados federais, com 325; partidos, coligações ou federações, com 150; governadores, com 79; deputados distritais, com 56; senadores, com 45; presidentes da República, com 22; e vice-governadores, com dois registros.

Tipos de irregularidade

O impulsionamento é o tipo de irregularidade mais registrado até o momento, com 339



Título ou da plataforma Gov.br. Porém, a identidade de quem faz a comunicação permanece protegida por sigilo. É possível descrever a ocorrência e anexar fotos, vídeos, áudios ou endereços eletrônicos relacionados à suposta irregularidade.

Após o envio, o sistema gera um número de protocolo para acompanhamento. As denúncias são encaminhadas para análise e adoção das providências cabíveis.

Três módulos

O Pardal funciona em três ambientes. O Pardal Móvel é o aplicativo gratuito disponível para smartphones e tablets nas plataformas Google Play e App Store. O Pardal ADM é utilizado internamente pela Justiça Eleitoral para gerenciamento e tratamento das denúncias. Já o Pardal Web reúne as estatísticas dos registros realizados pelo sistema.

Para os casos que não se enquadram no escopo do Pardal, a pessoa usuária é direcionada aos canais adequados. Comunicações relacionadas à desinformação capaz de afetar a integridade do processo eleitoral são encaminhadas ao Sistema de Alertas de Desinformação Eleitoral (SIAD), enquanto denúncias sobre crimes eleitorais e outros ilícitos podem ser apresentadas pelos canais eletrônicos do Ministério Público Eleitoral (MPE).

CA/GO/MM

denúncias, o equivalente a 30,73% do total. Em seguida, aparecem ocorrências classificadas como relacionadas à internet, com 289 registros (26,2%), e a bens públicos, com 105 (9,52%).

Também foram registradas denúncias relacionadas a bens particulares (87), propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada (47), banner, cartaz ou faixa (46), boca de urna (37), comício ou showmício (35), alto-falante ou amplificador de som (35), bem tombado (10), divulgação de notícia sabidamente falsa (7) e bem particular de uso comum (6). Outros 60 registros aparecem como não informados.

Do total de denúncias recebidas, 596 (54% do total) estão em andamento. Outras 383 (35%) foram baixadas do sistema, enquanto 124 (11%) foram peticionadas no Processo Judicial Eletrônico (Pje).

Participação da sociedade

Para registrar uma denúncia, a pessoa usuária deve se identificar por meio do e-

CASAS BAHIA DEVE BILHÕES A BANCOS, SEGURADORAS E FABRICANTES; VEJA QUEM SÃO OS PRINCIPAIS CREDITORES

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, afirmou, nesta quarta-feira (19), que a rejeição de contas públicas não produz, por si só e de forma automática, a inelegibilidade de candidatas e candidatos às Eleições 2026. A declaração foi feita durante o painel técnico “Impactos das Decisões do TCU na Inelegibilidade Eleitoral”, promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em Brasília.

AZEITES VENDIDOS COMO EXTRAVIRGEM SÃO REPROVADOS EM ANÁLISES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Uma análise realizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) colocou em alerta o mercado de azeites no Brasil. Laudos preliminares indicaram que produtos comercializados como azeite de oliva extravirgem não apresentaram características compatíveis com essa classificação. As análises foram realizadas pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária (LFDA) em cumprimento a uma determinação judicial relacionada a uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal em São Paulo. Os resultados apontaram que algumas amostras deveriam ser classificadas como azeite virgem, enquanto outras foram enquadradas como lampante, categoria que não é destinada ao consumo direto. Marcas aparecem em resultados preliminares Entre as marcas mencionadas nos laudos que circulam estão Andorinha, Gallo, Borges, Gomes da Costa, Filippo Berio e Carrefour, cujas amostras teriam sido classificadas como azeite virgem. Também aparecem Costa D'Oro e Terras de Camões, apontadas nos resultados preliminares como azeite lampante. No entanto, o próprio Mapa ressalta que os resultados ainda não são definitivos e que não divulgou oficialmente uma lista final de marcas reprovadas. As empresas envolvidas têm direito a análises periciais e contraprovas antes da conclusão dos procedimentos. Qual é a diferença entre extravirgem, virgem e lampante? A classificação do azeite leva em consideração parâmetros químicos e também características sensoriais, como aroma e sabor. Para ser considerado extravirgem, o produto precisa atender aos requisitos mais rigorosos da categoria, incluindo acidez livre de no máximo 0,8% e ausência de defeitos sensoriais. O azeite virgem também é próprio para consumo, mas possui padrões de qualidade menos rigorosos. Já o azeite lampante apresenta características que impedem seu consumo direto e precisa passar por processos de refino antes de eventualmente ser utilizado para fins alimentícios. Isso significa que um produto classificado como virgem não é necessariamente impróprio para consumo. O problema está em ser comercializado como extravirgem quando não atende aos critérios dessa categoria. Resultado não significa automaticamente risco à saúde A divulgação dos laudos gerou preocupação entre consumidores, mas é



importante fazer uma distinção. Segundo informações divulgadas pelo próprio Mapa, as análises em questão avaliam principalmente a conformidade do produto com os padrões de identidade e qualidade. Portanto, um resultado que reclassifique um azeite de extravirgem para virgem não significa, por si só, que o produto esteja contaminado ou represente risco imediato à saúde. A situação é diferente quando existe adulteração ou quando um produto classificado como lampante é comercializado diretamente para consumo. O Ministério da Agricultura afirma que uma de suas principais preocupações é combater fraudes clandestinas envolvendo a mistura de óleos vegetais, como óleo de soja, com substâncias utilizadas para imitar características do azeite. Por que o extravirgem é diferente? O azeite extravirgem é considerado a categoria de maior qualidade entre os azeites de oliva destinados ao consumo direto. Além dos parâmetros químicos, a avaliação sensorial tem papel importante na classificação. Defeitos de aroma e sabor podem indicar que o produto sofreu problemas durante a produção, armazenamento ou conservação. A luz, o calor e o contato excessivo com o oxigênio também podem acelerar a deterioração do azeite. Por isso, especialistas recomendam observar a data de validade, origem, condições de armazenamento e integridade da embalagem no momento da compra. Fiscalização utiliza diferentes análises O controle de qualidade do azeite envolve uma série de exames. Entre os métodos utilizados pelo sistema oficial estão análises de acidez livre, índice de peróxidos, perfil de ácidos graxos, ceras, esteróis, estigmastadienos e análise sensorial, entre outros procedimentos. Esses testes ajudam a identificar alterações na composição e características que podem indicar que o produto não pertence à categoria declarada no rótulo. O Mapa mantém uma estrutura de fiscalização e laboratórios credenciados para análises de produtos de origem vegetal, incluindo

azeites. Consumidor deve ter atenção ao comprar Diante da repercussão dos resultados, a principal orientação para o consumidor é não tirar conclusões precipitadas sobre uma marca apenas com base em listas que circulam nas redes sociais. Como os resultados divulgados são preliminares, a situação de cada produto precisa ser acompanhada pelos canais oficiais dos órgãos de fiscalização. Na hora da compra, também vale conferir se a embalagem está intacta, verificar a procedência e observar as condições em que o produto está armazenado. Garrafas protegidas da luz podem ajudar a preservar a qualidade do azeite, já que a exposição à iluminação favorece processos de oxidação. Mercado brasileiro ganha atenção O episódio reforça a importância da fiscalização em um mercado no qual o azeite ganhou espaço na alimentação dos brasileiros. A preocupação não envolve apenas a qualidade do produto, mas também a necessidade de garantir que o consumidor receba exatamente aquilo que está indicado na embalagem. O Brasil também possui uma produção nacional de azeite que vem ganhando reconhecimento internacional. No Espírito Santo, por exemplo, produtores já conquistaram premiações em concursos internacionais, mostrando que a olivicultura brasileira também produz azeites de alta qualidade. A expectativa agora é pela conclusão das análises e dos procedimentos administrativos. Somente após essas etapas será possível saber quais produtos terão sua situação oficialmente confirmada ou modificada. O que o consumidor precisa saber Extravirgem: precisa cumprir os padrões mais rigorosos de qualidade. Virgem: é próprio para consumo, mas possui requisitos de qualidade inferiores aos do extravirgem. Lampante: não é destinado ao consumo direto. Laudos preliminares: ainda podem ser contestados por meio de contraprovas. Resultados preliminares não significam automaticamente risco à saúde. A situação definitiva das marcas deve ser acompanhada pelos canais oficiais do Mapa. O caso serve como alerta para a importância da fiscalização, transparência e informação ao consumidor, especialmente em produtos cujo preço e benefícios estão diretamente associados à qualidade declarada no rótulo. Fontes: Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Ministério Público Federal, Anvisa e informações de análises divulgadas pela imprensa.

LIDERANÇAS EMPRESARIAIS DE DIFERENTES ESTADOS AMPLIAM DEBATE SOBRE EMPREENDEDORISMO

A presença de mulheres à frente de negócios e entidades empresariais tem avançado em diferentes regiões do país, ao mesmo tempo em que permanecem desafios relacionados ao acesso a espaços de decisão, crédito e conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares. O cenário ganhou destaque durante o Diálogo pelo Futuro do Brasil, realizado nesta terça-feira (18), em Brasília, pela União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços (UNECS). O evento contou com a presença de representantes do setor produtivo e candidatos à Presidência da República.

O Conselho Nacional da Mulher Empreendedora e da Cultura (CMEC), vinculado à Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), que faz parte da UNECS, também participou do encontro. A presidente nacional do Conselho, Ana Claudia Cotait, ressaltou a importância de ampliar a participação das mulheres nas discussões sobre o futuro do país, com destaque para o empreendedorismo feminino e a presença feminina na política.

“É muito importante que o CMEC esteja presente para falar sobre empreendedorismo e também sobre mulheres na política. Na nossa população, a maioria são mulheres eleitoras. A gente precisa realmente participar até para questionar os presidenciáveis quais os projetos para as mulheres do nosso Brasil”, destacou.

Em artigo publicado pela CACB em março deste ano, Ana Claudia destacou que mais de 10 milhões de mulheres estão à frente de negócios no Brasil, o equivalente a cerca de 34% dos empreendedores do país.

Minas Gerais tem mais de 1 milhão de pequenos negócios liderados por mulheres. Em Minas Gerais, mais de 1 milhão de pequenos negócios são liderados por mulheres, segundo levantamento divulgado pelo Sebrae Minas em março deste ano. Elas estão à frente de mais de 40% das cerca de 2,6 milhões de pequenas empresas em atividade no estado.

A participação feminina nas entidades



representativas do setor produtivo também foi destacada pela presidente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Uberaba (Aciu), Lídia Prata, durante o encontro em Brasília. Ela ressaltou a importância do diálogo entre o associativismo empresarial e os candidatos à Presidência.

“Esse é um momento em que o Brasil está passando por uma transição. Nós sabemos que o diálogo é extremamente importante e essa oportunidade de as associações estarem aqui presentes faz toda a diferença”, afirmou.

Bahia: presença feminina avança em espaços de liderança

Na Bahia, a presença feminina também alcança postos historicamente ocupados por homens. Isabela Suarez é a segunda mulher a presidir a Associação Comercial da Bahia (ACB), instituição fundada em 1811. Ela assumiu a gestão da entidade para o biênio 2025–2027.

Durante o encontro com os presidenciáveis, Isabela relacionou a ocupação desses espaços à ampliação da participação feminina nas decisões econômicas e institucionais. “Acho que é uma demonstração de resistência, de resiliência e de insistência em que nós podemos, sim, ocupar espaço. Nós caminhamos rumo a uma sociedade em que todos ganham, porque todos ganham numa sociedade igualitária”, pontuou.

Dados divulgados pelo Sebrae Bahia em maio deste ano também mostram a importância dos negócios para a renda das mulheres. Levantamento realizado com mães empreendedoras apontou que 57%

das entrevistadas têm no próprio negócio sua principal fonte de renda.

No Paraná, maternidade influencia decisão de empreender

No Paraná, pesquisa divulgada pelo Sebrae/PR em julho deste ano, realizada com 650 empreendedoras de diferentes regiões do estado, mostrou que 79% das entrevistadas têm filhos e, entre elas, 52% apontaram a maternidade como uma das motivações para empreender. O levantamento também mostrou que 42% são chefes de família.

A presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), Vera Antunes, diz que as posições de liderança empresarial feminina estão aumentando. “Nós estamos numa crescente. A Forbes 2024 mostrou que, com as mulheres no cargo de CEO, de gestora, de diretora ou presidente, a empresa lucra 25% a mais. Então, vejo com bons olhos. É um momento que as mulheres estão despontando, entendendo o poder, a representatividade que a mulher tem hoje no mundo dos negócios”, destacou.

O levantamento do Sebrae/PR também apontou a gestão do tempo como principal desafio para 60% das empreendedoras entrevistadas, evidenciando o peso da conciliação entre negócio, família e outras responsabilidades na rotina dessas mulheres.

Encontro reuniu entidades do comércio e serviços

O Diálogo pelo Futuro do Brasil foi promovido pela União Nacional das Entidades do Comércio e Serviços (UNECS) e reuniu representantes do setor produtivo e candidatos à Presidência da República. O encontro chegou à terceira edição e foi realizado por meio de conversas individuais com os presidenciáveis.

Durante a programação, a UNECS apresentou um manifesto com 14 eixos estratégicos, com propostas relacionadas ao Custo Brasil, empreendedorismo, ambiente regulatório, geração de empregos e investimentos.

Fonte: Brasil 61

AGRO INICIA SAFRA 2026/27 COM R\$ 580,78 BILHÕES EM CPRS



O financiamento privado do agronegócio iniciou o ciclo produtivo com forte liquidez no mercado de capitais. Levantamento

divulgado pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) mostra que o estoque de Cédula de Produto Rural (CPR) somou R\$ 580,78 bilhões em julho de 2026, distribuídos em 372 mil títulos com valor médio de R\$ 1,56 milhão. Apenas no primeiro mês da safra 2026/27 foram emitidos R\$ 37,53 bilhões em novas CPRs.

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) registrou estoque de R\$ 560,37 bilhões. Pelas normas do Manual de Crédito Rural (MCR), ao menos 60% desse volume (R\$ 336,22 bilhões) deve ser reinvestido no setor, sendo R\$ 151,30 bilhões obrigatoriamente alocados no crédito rural oficial.

O balanço do Mapa aponta ainda R\$ 174,20 bilhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), R\$ 30,21 bilhões em CDCAs e patrimônio líquido de R\$ 64,13 bilhões nos Fundos de Investimento no Agronegócio (Fiagro), confirmando o peso do capital privado na atividade agropecuária nacional.

LEI SECA: CONFIRA AS NOVAS REGRAS PARA FISCALIZAÇÃO



O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aprovou novas regras para os procedimentos de fiscalização da Lei Seca (Lei nº 11.705/2008), que estabelece regras para coibir a condução de veículos sob influência de álcool. A atualização, que regulamenta procedimentos em vigor desde 2013, não cria novas infrações. As medidas foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU), do dia 18 de agosto, por meio da Resolução 1.031/2026.

A Resolução instituiu uma fase de triagem nas operações de fiscalização do consumo de álcool, realizadas pelos diferentes órgãos de trânsito do país. Nessa etapa, poderá ser utilizado o pré-teste ou teste passivo de alcoolemia, destinado a identificar possíveis indícios da presença de álcool.

Segundo o Ministério dos Transportes, o resultado da primeira verificação será orientativo e, sozinho, não poderá fundamentar autuação ou caracterizar a condução sob influência de álcool. Nesses casos, será preciso continuar as avaliações probatórias previstas na norma.

A nova regulamentação estabelece, ainda, critérios para a aplicação dos testes de presença de álcool e/ou de outras substâncias psicoativas e para os retestes.

Uma das novidades é a inclusão de equipamentos específicos para identificar outras substâncias psicoativas, como drogas. A atualização prevê a possibilidade de uso de equipamentos tecnicamente certificados para esse objetivo, em conjunto com a verificação de

sinais de alteração da capacidade psicomotora do condutor.

Confira as características do novo equipamento:

O equipamento identifica qual substância foi consumida, informação que deverá estar no auto de infração;

O equipamento não informa a quantidade da substância, indicando a presença da substância, e não a concentração;

A utilização dependerá da disponibilidade dos

órgãos fiscalizadores;

Os equipamentos deverão ser certificados no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade (SBAC), por organismo regulado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

O texto regulamenta uma possibilidade que já está prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), que admite testes toxicológicos e outros meios técnicos ou científicos para constatar a condução sob influência de substâncias psicoativas.

Conforme a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República informou à Agência Brasil, as substâncias psicoativas são aquelas capazes de alterar o funcionamento do sistema nervoso central e comprometer a capacidade de dirigir, como substâncias ilícitas e outras substâncias que determinem dependência.

Entenda as mudanças

O etilômetro ainda será utilizado?

O etilômetro continuará sendo utilizado para fiscalizar o consumo de álcool pelos motoristas, a novidade é a inclusão de equipamentos específicos para outras substâncias psicoativas.

A fiscalização será feita mesmo sem a nova tecnologia?

A fiscalização poderá ser realizada mesmo sem o novo equipamento. A verificação dos sinais de alteração da capacidade psicomotora segue sendo um dos meios legalmente previstos para a fiscalização.

O motorista poderá se recusar a realizar o teste? A recusa continua sujeita às consequências previstas no art. 165-A do CTB, conforme disciplinado pela Resolução. Além disso, os agentes de fiscalização ainda poderão usar os sinais de alteração da capacidade psicomotora, pois a verificação dos sinais permanece como um dos meios de fiscalização previstos na Resolução.

A Resolução altera as penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro?

Não. A Resolução não modifica as penalidades previstas no CTB. As mudanças regulamentam os critérios de fiscalização e de comprovação da infração.

A Resolução entra em vigor a partir de sua publicação no DOU e as alterações do Anexo III, que atualizam as fichas de fiscalização e os códigos de enquadramento das infrações, entram em vigor 60 dias após a publicação.

Álcool residual

A nova regra também detalha os mecanismos para situações de álcool residual no organismo, envolvendo produtos que podem deixar resíduos de álcool na boca, como bombons de licor, enxaguantes bucais e pão de forma. A norma estabelece que, diante de uma indicação positiva no teste passivo, será realizada uma avaliação posterior antes de qualquer conclusão.



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

Publicações oficiais da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá em 20/08/2026

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 029/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obras de drenagem pluvial e pavimentação com blocos intervalados de concreto em diversas vias das comunidades de Rio Possmoser e Barra de Rio Possmoser, em Santa Maria de Jetibá – ES.

ABERTURA DE LICITAÇÃO: 04 de setembro de 2026, a partir de 08h;

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: a partir das 08h do dia 21 de agosto de 2026 até às 7:59h do dia 04 de setembro de 2026.

LOCAL DE ABERTURA: Bolsa Nacional de Compras (BNC) – www.bnc.org.br. O edital completo poderá ser retirado pelos interessados no site da Prefeitura Municipal www.pmsmj.es.gov.br ou www.bnc.org.br.
ID CidadES: 2026.062E0700001.01.0098

RONAN ZOZOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA PALHA

Publicações oficiais da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha em 20/08/2026

PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA PALHA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2026
REEDIÇÃO

ID CIDADES 2026.065E0700001.01.0007

DATA DE ABERTURA: 04/09/2026 às 08h.

OBJETO: Constituição de Ata de Registro de Preços, para futura e eventual Contratação de empresa especializada no fornecimento, locação, instalação, configuração, integração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e operação assistida de equipamentos, softwares e infraestrutura destinados à operação do sistema de videomonitoramento e da infraestrutura de telecomunicações do Município de São Gabriel da Palha, contemplando equipamentos softwares, serviço de instalação, manutenção e suporte técnico, conforme condições e exigências estabelecidas no ETP e no Termo de Referência. O edital poderá ser retirado no site www.saogabriel.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Demais informações pelo e-mail licitacao@saogabriel.es.gov.br.

São Gabriel da Palha, em 20/08/2026.

FRANCIELI DA ROCHA ÁVILA
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2026

ID CIDADES: 2026.065E0700001.01.0009

DATA DE ABERTURA: 02/09/2026 às 13 h.

OBJETO: Constituição de Ata de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Desenvolvimento Social e Família e da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha. O edital poderá ser retirado no site www.saogabriel.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Demais informações pelo telefone 00 XX 27 3727-1366, ramal 362.

São Gabriel da Palha, em 20/08/2026.

ERLITON DE MELLO BRAZ
Pregoeiro Oficial

JORNAL VIGILANTE



Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02

Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ

Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante

CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br

CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35